

Pensamento econômico-social de Nelson Rodrigues dos Santos: socialismo reformista e as políticas de saúde no Brasil nos anos 1980

Nelson Rodrigues dos Santos' economic-social thought: reformist socialism and health policies in Brazil in the 1980s

El pensamiento económico-social de Nelson Rodrigues dos Santos: socialismo reformista y políticas de salud en Brasil en la década de 1980

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar as semelhanças entre o pensamento econômico-social de Nelson Rodrigues dos Santos sobre a saúde e o de Eduard Bernstein discutido por Walter Montenegro sobre as premissas teóricas da socialdemocracia. Assim, realizou-se uma análise teórica comparativa sobre a assimilação das reflexões econômicas, as propostas políticas sociais-democratas entre os autores e como o Estado brasileiro vêm fazendo suas políticas públicas de saúde no Brasil no período de 1980-90. O texto está dividido em três partes. A primeira apresenta os três intelectuais em seus dois tempos históricos distintos. A segunda apresenta a interpretação-compilação de Walter Montenegro sobre o socialismo reformista de Eduard Bernstein. A terceira apresenta o Brasil e as políticas públicas em saúde no pensamento econômico-social de Nelson Rodrigues dos Santos. Por fim, breves considerações foram feitas sobre o uso do pensamento socialdemocrata de Santos para pensar a saúde em sua época.

Palavras-chave: Pensamento Econômico. Economia da Saúde. Políticas Públicas.

Abstract

The aim of this study was to analyze the similarities between Nelson Rodrigues dos Santos' economic-social thinking on health and Eduard Bernstein's discussed by Walter Montenegro on the theoretical premises of social democracy. Thus, a comparative theoretical analysis was carried out on the assimilation of economic reflections and social-democratic political proposals among the authors and how the Brazilian State has been doing its public health policies in Brazil in the 1980-90 period. The text is divided into three parts. The first presents the three intellectuals in their two distinct historical times. The second presents Walter Montenegro's interpretation-compilation of Eduard Bernstein's reformist socialism. The third presents Brazil and public health policies in the economic and social thought of Nelson Rodrigues dos Santos. Finally, brief considerations were made about the use of Santos' social-democratic thinking to think about health in his days.

Keywords: Economic thought. Health Economics. Public Policies.

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar las similitudes entre el pensamiento económico-social sobre la salud de Nelson Rodrigues dos Santos y el de Eduard Bernstein discutido por Walter Montenegro sobre las premisas teóricas de la

socialdemocracia. Así, se realizó un análisis teórico comparativo sobre la asimilación de las reflexiones económicas, las propuestas políticas socialdemócratas entre los autores y cómo el Estado brasileño viene realizando sus políticas públicas de salud en Brasil en el período 1980-90. El texto se divide en tres partes. El primero presenta a los tres intelectuales en sus dos tiempos históricos distintos. El segundo presenta la interpretación-recopilación que hace Walter Montenegro del socialismo reformista de Eduard Bernstein. El tercero presenta Brasil y las políticas públicas de salud en el pensamiento socioeconómico de Nelson Rodrigues dos Santos. Finalmente, se hicieron breves consideraciones sobre el uso del pensamiento socialdemócrata de Santos para pensar la salud en su época.

Palabras clave: Pensamiento económico. Economía de la Salud. Políticas publicas.

Introdução

A construção e regulamentação das políticas públicas de saúde no Brasil são temas de amplos debates, especialmente, a partir do momento que a saúde integrou o Sistema de Seguridade Social, formalizado pela Constituição de 1988 e concretizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).¹ Ao constituir um sistema de saúde universal, a pretensão deste sistema era ser responsável pela universalidade, equidade e integralidade, mas, desde seu início, esta idealização enfrentou desafios em consolidar-se através de reformas estatais, pretendidas na Constituição, com vistas a garantir a execução destes princípios na operacionalização das políticas públicas.²

As relações público-privado,³ o processo de desfinanciamento⁴ e as políticas de privatização que ocorrem desde o início da implantação do SUS até os dias de hoje,⁵ vem consolidando uma verdadeira 'contrarreforma' no setor.⁶ Se pensarmos que a reforma social (ou socialismo reformista) é uma ideia que, originalmente, pertence a um patrimônio do pensamento de esquerda,⁷ é possível dizer que a reforma pretendida na saúde não se estabeleceu completamente no Brasil, e que esta reforma, vem sendo capturada pela retórica neoliberal desde os anos 80.⁸

Estes são apenas alguns exemplos de situações que tornaram o sistema público de saúde no Brasil com uma reputação frágil e questionável, e que surge como consequência de uma remodelação da 'reforma social' via Estado deturpando sua concepção original. Em um cenário social pós-constituente (1988) cuja implantação incompleta dos direitos sociais dispostos na constituição não favoreceu totalmente a população, a reforma social demonstrou-se mais

beneficente aos interesses privados que aos públicos. Neste sentido, a burguesia, ao ressignificar a ideia de reforma passou a atuar no fortalecimento da idealização de saúde como mercadoria por dentro das ações estatais realizando a 'contrarreforma dentro da reforma' e descaracterizando a saúde como um direito de todos.

A idealização da saúde como direito é um ponto de encontro crucial deste ensaio, pois ele sintetiza as situações observadas no pensamento econômico-social do sanitarista Nelson Rodrigues dos Santos⁹ (partícipe e intelectual ligado ao movimento de defesa do direito à saúde no Brasil) com a interpretação do desenvolvimento político-econômico de Eduard Bernstein a partir da obra do boliviano Walter Montenegro¹⁰ que faz uma revisão do movimento socialista revisionista alemão tanto do ponto de vista teórico quanto político.

A síntese deste artigo traz o histórico de Eduard Bernstein, que se tornou um teórico em evidência quando propôs a revisão crítica do pensamento de Karl Marx, criando a teoria socialdemocrata com uma postura política que rompe com o pensamento sobre a luta de classes. Bernstein traz a reflexão de que o avanço das forças produtivas não leva a uma divisão simplificada da sociedade em dois grupos distintos, e sim a uma estrutura estratificada diferenciada. Pensando na formação social brasileira atual, esta teoria traz elementos que coadunam com a atual desigualdade socioeconômica deste país ajudando a refletir sua situação.

Em cotejo com o pensamento de Bernstein, abordamos o texto de Santos (1990) "*O Dilema Estatista II – Como é forjado o espaço das políticas públicas com exemplos da área da saúde*",⁹ publicado na Revista Saúde em Debate e considerado um texto clássico do pensamento econômico em saúde. Este exercício tem a intenção de demonstrar as aproximações desta análise de Santos às premissas socialistas reformistas de Bernstein fazendo uma discussão da forma como as políticas de saúde são executadas no Brasil, logo após a criação do SUS, e, em um momento em que o capitalismo financeirizado emergia, juntamente com políticas econômicas de corte neoliberal. Santos,⁹ neste texto, expõe não só as questões históricas, que deixaram suas marcas na forma de implementação e formulação dessas políticas, mas também sobre os motivos de uma deterioração da relação do Estado Brasileiro com a sociedade.

Ao fim, faremos uma discussão sobre as possíveis mudanças e possibilidades para um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) no Brasil à luz das teses reformistas, ou seja, até que ponto o mercado pode deixar de ser o foco no Brasil e as pessoas e suas necessidades poderiam passar a ser o principal objetivo das políticas públicas para a saúde. Em que pese que este movimento de translação do mercado para as pessoas fora realizado inicialmente no pós Segunda Guerra Mundial, esta forma de reforma social refletiu na Reforma Sanitária Brasileira acompanhada e vivenciada por Santos.⁹

Assim, o foco nessa discussão são as semelhanças entre o pensamento de Santos e o de Bernstein discutido por Montenegro¹⁰, e através dessa avaliação teórica comparativa refletimos sobre a forma com que o Estado brasileiro vem fazendo suas políticas públicas de saúde e sobre o SUS no Brasil, que, desde 1988 já vem padecendo de uma trajetória de desvalorização.

Três intelectuais e dois tempos históricos: Eduard Bernstein, Walter Montenegro e Nelson Rodrigues dos Santos

Eduard Bernstein (1850-1932), alemão, cientista político, foi membro do Partido Social-Democrata (SPD) e o fundador do socialismo evolutivo e do revisionismo. Bernstein tinha realizado várias análises sobre a obra de Karl Marx e Friedrich Engels, mas ele viu falhas^a no pensamento marxiano e começou a criticar opiniões defendidas pelo marxismo quando ele investigou e desafiou a teoria marxista materialista da história.¹¹

Bernstein distingue entre o início de marxismo como sendo sua forma imatura: a exemplo do Manifesto Comunista escrito por Marx e Engels em sua juventude, o qual ele se opunha por considerá-lo semelhante as violentas tendências dos blanquistas^{b,12,13} e fase mais tarde do marxismo como sendo sua

^aAs “falhas” que Bernstein aponta ao pensamento marxiano estão mais ligadas ao referencial teórico-político-metodológico (que deixa de lado o materialismo histórico-dialético e assume uma postura ético-positivista) do que em erros de compreensão sobre o movimento do capital.

^bOs blanquistas foram revolucionários ativistas altamente organizados que acreditavam que o comunismo só poderia ser implantado pela ação revolucionária violenta de um grupo fechado de conspiradores via um *putsch*, um tipo de golpe de Estado.¹² Segundo Engels¹³⁽¹⁾ o “blanqui é essencialmente um político revolucionário. Ele é um socialista só através de sentimentos, através de sua simpatia para com o sofrimento do povo, mas ele não tem nem uma teoria socialista, nem quaisquer sugestões práticas definitivas para soluções sociais”.

forma madura na qual ele se apoiou. Esta forma madura do marxismo refere-se à Marx em sua vida depois de reconhecer que o socialismo poderia ser alcançado através de meios pacíficos por meio de uma reforma legislativa em sociedades democráticas. Sem a necessidade de uma revolução, afirmou Bernstein, a ética pode ser restaurada para o socialismo em um sistema capitalista, com o Estado como mediador e promotor de um bem essencial para os trabalhadores.

O tempo histórico de Bernstein foi caracterizado pela barbárie ocasionada pelo desenvolvimento capitalista industrial no fim do século XIX e pela intensa discussão no interior dos recém-criados partidos socialistas de massas europeus. A discussão, à época, residia na legitimidade da via reformista e da viabilidade da revolução. Esses debates, que ganharam proeminência na Segunda Internacional Comunista (1890-1914), proporcionaram o surgimento de uma corrente revisionista do marxismo. Esta corrente, liderada por Bernstein, dá início a uma grande celeuma no interior da social-democracia que veio a ser considerada como “a primeira crise do marxismo”.

Guardadas as diferenças dos tempos históricos (1945-1970), a socialdemocracia (como defensora de uma ação política restrita ao âmbito institucional) logrou alguns avanços, para a classe trabalhadora neste período, especialmente na conformação de amplos sistemas de proteção social na Europa pós-segunda guerra, dos quais os sistemas públicos de saúde são parte importante. Em que pese à queixa dos marxistas ortodoxos de que o capitalismo não é “domesticável”, a reforma social promovida pela aplicação das teses sociais-democratas demonstraram que, em certas condições de “exceção” do capitalismo talvez seja possível garantir melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, claro, quando organizada, articulada e sob intensa luta de classes.

Já em outro período (1980-1990) e em outro espaço de acumulação de capital (a América Latina), a reedição do pensamento econômico-político socialdemocrata parecia anacrônica e desconexa com o movimento do capital em sua fase já financeirizada.¹⁴ Contudo, isto não impediu que, no afã de

melhorias das condições de vida dos trabalhadores latino-americanos, pensadores econômicos e políticos não se furtassem em usar das teses sociais-democratas para fundamentar os sistemas de proteção social locais e ressaltar o papel do Estado em suas conjunturas domésticas. Dentre a profusão de autores que dedicaram a esta tarefa, optou-se neste estudo trabalhar com dois sociais-democratas que, em seus pensamentos econômico-sociais, pararam para refletir sobre a saúde do ponto de vista da ação estatal e sua capacidade de organizar um sistema de proteção na realidade latino-americana.

O primeiro deles, Walter Montenegro Soria (1912-1991) era boliviano e estudou bacharelado em Ciências e Letras no Colégio Nacional de Sucre. Ele era historiador, diplomata e jornalista; diretor do jornal *La Noche*, em La Paz (Bolívia) e gerente interino da Corporação Boliviana de Desenvolvimento Econômico. De profissão, teve um excelente desempenho na diplomacia boliviana. Ele também se destacou como um excelente jornalista, pois era membro do Conselho Consultivo da mundialmente famosa revista norte-americana *Life*.

Diante da multiplicidade de mudanças e transformações que ocorreram no mundo no final do século, a história passou a ser a disciplina que tomou prioridade nos interesses de “Dom Walter” (como ele era chamado pelos compatriotas). Neste momento, Dom Walter percebeu que a história pode ajudar a entender e explicar como o pensamento econômico se desenrola no curso das sociedades e, assim, tornou-se uma fonte importante para suas análises especialmente no que se refere à crítica a sociedade contemporânea questionando-se sobre seu presente a partir do passado. Em sua carreira literária, ele se destacou por produzir contos e histórias. Sua principal obra, que ganhou relevância no mundo do pensamento econômico latino-americano foi a compilação crítica do pensamento econômico e suas doutrinas realizadas no livro: *Introducción a las doctrinas político-económicas (1956)* publicado pelo *Fondo de Cultura Económica* que ainda é um trabalho de referência para estudantes e cientistas políticos latino-americanos.

Nesta obra supracitada, Montenegro¹⁰ realiza uma análise-síntese crítica sobre a perspectiva de Eduard Bernstein. Em sua elaboração, que pode ser considerada como original, Montenegro reflete sobre como esta doutrina político-econômica (em suas palavras) pode ajudar ou limitar o desenvolvimento capitalista nesta parte do globo e como pode-se valer da socialdemocracia em tempos de restrições democráticas como nas ditaduras em diversos países na latinoamérica.

Para pensar o Brasil, e a saúde pública como expressão da proteção social na perspectiva socialdemocrata, utilizamos Nelson Rodrigues dos Santos. Santos é brasileiro, graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) (1961) e é especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. É doutor em Medicina (Medicina Preventiva) pela Universidade de São Paulo (1967), tornou-se professor de Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Londrina (UEL) (1970-1976), e em 1978 entrou como professor de Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) consagrando-se no campo da saúde coletiva nesta universidade até (2006).

Durante esse percurso Santos foi consultor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), assumiu funções de direção no Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis municipal, estadual e nacional no Brasil. Sua trajetória é marcada por intensa dedicação à gestão do SUS e sua figura teve um papel de destaque na concepção do sistema. Santos problematiza, com diversas publicações científicas, o cenário sociopolítico brasileiro necessário entre 1980-1990 no qual o SUS teria de enfrentar do ponto de vista socio-sanitário para construção do SUS. Atualmente, Santos é professor colaborador da Unicamp e presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA) sediado na cidade de Campinas em São Paulo, atuando principalmente nas seguintes áreas: desenvolvimento do SUS, do controle social e das políticas públicas na área social.

Dentre as diversas publicações produzidas por Santos, a mais importante relacionada à época da criação do SUS (1998) se refere à análise realizada no

texto: *“O Dilema Estatista II – Como é forjado o espaço das políticas públicas com exemplos da área da saúde”*. Este texto é considerado a primeira análise econômico-social da política pública de saúde de grande envergadura, de caráter socialdemocrata, que abriu espaço para reflexão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) (1988) e os desafios da realidade econômica e social brasileira que este sistema (como parte de um sistema de proteção social) iria enfrentar. Para a área do ‘pensamento econômico em saúde’, Santos é considerado um clássico e este texto é reconhecido como um marco na trajetória da economia da saúde no Brasil.

É importante ratificar que o tempo histórico de Santos e Montenegro é um tempo de América Latina turbulenta. Se é possível alguma analogia histórica, pode-se repensar que a intensidade da luta de classe vivenciada nos tempos pré-guerra na Europa se assemelham, em alguma medida, a eclosão de resistência e luta política por direitos civis, políticos e sociais no território latino-americano durante a reabertura democrática (em função das duas grandes crises do capital como elemento de semelhança nestes períodos). Neste sentido, é importante ressaltar que esta análise não se trata de um estudo histórico comparado dos períodos destes autores, muito menos se dedica a empreender uma justaposição de perspectivas de momentos históricos tão particulares, mas sim se resigna, apenas, a reconhecer as semelhanças e persistências do pensamento gestado pela socialdemocracia bernsteiniana nas conformações do pensamento econômico em saúde de Santos no Brasil pós-1988.

O socialismo reformista de Bernstein, por Walter Montenegro

O socialismo reformista, que teve o político e teórico alemão Eduard Bernstein como principal porta-voz, nasceu na segunda metade do século XIX, período no qual problemas relacionados ao crescimento do capitalismo industrial e surgimento das teorias socialistas contemporâneas agitavam as discussões. No mesmo período, a classe trabalhadora da época sentia-se impulsionada a buscar seus direitos e iniciou uma série de reivindicações através de atos políticos.

Muitas são as nomenclaturas adotadas por diferentes estudiosos para se referir ao socialismo reformista realizado por Bernstein, uma delas é o termo “revisãoismo” marxista, justamente por considerá-lo uma revisão do conhecido pensamento marxista sobre a inevitabilidade da transformação do modo de produção. Tal termo não poderia ser mais adequado, visto que o socialismo reformista foi formulado durante um período de debates acalorados a respeito das ideias marxistas. Segundo a interpretação de Montenegro,¹⁰ o socialismo marxista é a própria base de estudo do socialismo reformista, bastando comparar concordâncias e divergências de ambas teorias para compreendê-lo, e assim o autor o fez.

Na leitura de Montenegro¹⁰ sobre Bernstein, é possível perceber que Montenegro repensa a visão de Bernstein sobre o fato da teoria marxiana ser um “refém” do debate sobre o determinismo econômico. Assim, Montenegro¹⁰ diz que Bernstein vai afirmar que o homem não é uma vítima de seu meio e que ele tem a capacidade de modificar o curso dos acontecimentos através de uma evolução orgânica regida por vontade humana e orquestrada pela ética social. Por ética social, o Bernstein entende se tratar daquilo que é bom para o coletivo e, que por isso, deve ser perseguido.¹⁰

O pensamento bernsteiniano, não se exime de compreender o econômico da constituição do homem, agrega o fato de que também o homem estabelece uma relação de interdependência com outros fatores como intelectuais, morais, religiosos, entre outros, formando uma complexa rede de causação.

Dessa forma, nas palavras de Bernstein, ao contrário do que pensa o filósofo Karl Marx, a luta de classes não levaria necessariamente a uma divisão simplificada da sociedade em dois grupos distintos, e sim a uma estrutura diferenciada, altamente estratificada. A classe média, composta por um grupo heterogêneo, cresce conforme o desenvolvimento econômico e político da sociedade contemporânea (capitalista) e, que, por um impulso “natural” de superação, tende a se identificar com a alta burguesia, dificultando a divisão das classes de forma precisa e dogmática. A principal questão não é a concentração da riqueza em grupos específicos, e sim, a concentração do controle sobre essa riqueza.¹⁰

O trabalho, em Bernstein, é tido como parte importante do valor, no entanto, quando esse último adquire a forma de preço, há muitas outras ações que influenciam nesta rede de causação e o trabalho passa a ser muito menos relacionado ao trabalho incorporado na mercadoria. Nesse ponto, o reformismo analisa a ligação do conceito de mais-valor imbricadamente ao desenvolvimento da legislação social (ou proto-formas de políticas públicas sociais) e outras intervenções estatais (como a regulação do direito ao trabalho e os sindicatos, por exemplo). Estes cenários fazem com o mais-valor adquirido pelo capitalista na expropriação do trabalho assalariado seja “incorporado” no consumo de massas fazendo com que as necessidades elementares do trabalhador se elevem (pela redistribuição dos bens) quanto mais se eleva o nível geral de vida.¹⁰

Este mecanismo só funcionaria se a classe trabalhadora se organizar para lutar pelos seus direitos. Para lutar pelos seus direitos (sociais), o proletariado pode e deve agir sindicalmente e partidariamente. Essas esferas de atuação podem se coordenar, como é o caso das greves políticas, que para sejam efetivas a pressão da classe trabalhadora aos seus pleitos. Além disso, os trabalhadores devem também contar com a articulação da opinião pública e saber ‘jogar’ com seu apoio como forma de exercer pressão política nos capitalistas.

Segundo Bernstein, a verdadeira democracia social só pode ser alcançada por meios democráticos, e adota a educação e os movimentos éticos como base do seu programa reformista. Nesse cenário, o equilíbrio econômico-social se daria por legislação que limite acumulação excessiva de capital, ampliação dos benefícios sociais, impostos sobre herança, seguros sociais (dentre os quais a saúde) entre outros. Em relação à privatização, Bernstein era pragmático, dizendo que o Estado deveria operar de forma menos eficiente que a indústria.¹⁰

Sendo assim, o socialismo reformista que foi posto em prática na Alemanha, com o Partido Social Democrata (PSD) surgiu em 1890 como resultado do conflito criado pelas seguintes forças: a) Movimento iniciado por Ferdinand Lassalle de socialismo de Estado (Federação Alemã do Trabalho); b)

Paternalismo de Bismarck; c) Marxismos que contava com um cenário muito propício para um experimento inicial.¹⁰

Apenas no final da Primeira Guerra Mundial o PSD entrou no poder, mas não obteve força o suficiente para construir seu legado. O argumento utilizado por Montenegro¹⁰ para esta situação é que o partido não conseguiu se estabelecer em um momento crítico para soluções moderadas e graduais defendidas pela teoria de Bernstein, o que demonstrou os limites concretos da proposta reformista. O momento, naquele período, pedia algo radical e nacionalista. Na ausência desta radicalidade no movimento político de esquerda, isto deu forças para o nazismo crescer e tomar o poder.

A partir de um contexto histórico do pós-guerra, é possível fazer uma reflexão dos modelos político-econômicos desenvolvidos nesse período na Alemanha, ressaltando, como uma grande conquista para o povo alemão, a participação dos trabalhadores em órgãos sociais das empresas. A teoria político-econômica socialdemocrata tem tido uma grande ação nas últimas décadas após o ressurgimento da Alemanha no pós-guerra, e demonstra, em certa medida, a eficácia de suas propostas.¹⁰

Em 1884, criou-se a Sociedade Fabiana na Inglaterra, por pensadores como Bernard Shaw. Este pensador trouxe uma adaptação do socialismo ao temperamento moderno, constituindo um vértice ideológico onde socialismo e libertação se encontram com o racionalismo e a democracia. Essa sociedade nunca virou, de fato, um partido, porém foi essencial na discussão e construção do estudo econômico sobre as ideias de um socialismo democrático.¹⁰

A discussão sobre a Sociedade Fabiana foi base para a criação do Partido Trabalhista Britânica (*Labour Party*) que é um exemplo prático da doutrina evolucionista. Ao assumir esse partido, o governo da Grã-Bretanha, por meio das eleições gerais de 1945, provou que as classes trabalhadoras podem chegar ao poder por meios democráticos, sem recorrer à ação violenta revolucionária. Enquanto esteve no poder, o partido trabalhista atuou com a nacionalização do banco da Inglaterra e de várias indústrias, e criou um sistema de seguros “do berço ao túmulo” (sistema de proteção social inglês – do qual faz parte o *National Health Service*) e socializou os medicamentos.¹⁰

Com a vitória dos conservadores em 1951, não havia espaço para restaurar o que havia sido feito e sim seguir com reajustes. Após a Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra passou por um momento difícil em sua história econômica, na qual tinha que amenizar os efeitos da destruição causada pela guerra e teve que reajustar sua posição no mundo, passando da “dama dos mares” e do maior império da história a um poder de segunda classe. Houve miséria e o racionamento de artigos de primeira necessidade, chegando aos limites da fome. Nenhum governo seguraria sua popularidade naquele momento. É natural que a chance de fracasso fosse ainda maior para o governo que, em tais circunstâncias, desencadeou a transformação socialista (revolução autêntica pacífica).¹⁰

Frente às mudanças do período, restou ao trabalhador encarar que o capitalismo definido por Adam Smith, onde o homem pode manifestar livremente sua natureza, onde pelo trabalho e pela relação social é possível gerar riqueza social, havia passado por uma evolução e que na prática nunca esteve em vigor em sua totalidade.¹⁰

Assim, coube ao socialismo do século XX levar sua luta contra o capitalismo, pautando-se na socialização de grandes fontes de produção e na criação de seguros sociais e de saúde, sempre respaldados por organizações sindicais e legislação trabalhista forte. O que o socialismo quer é, portanto, a mesma oportunidade.¹⁰

Uma igualdade que cubra toda a vida do indivíduo não implica que todos devem ter o mesmo objetivo ou recorrer aos mesmos benefícios, pois parte-se do pressuposto que as habilidades e, portanto, as oportunidades são diferentes, logo os pensamentos também precisam ser diferentes. Defende-se que o socialismo quer evitar diferenças extremas da renda econômica – os extremamente pobres e os extremamente ricos –, barrando essas divisões que tornam incapaz a mistura entre os seres humanos iguais.¹⁰

Ao trazer a proposta de como alcançar essa “mistura em iguais”, Montenegro (2019) discorre sobre como deve ser o socialismo real, que vai contra a ideia comum de que o socialismo só se pautará numa transformação com base na propriedade pública (socialização). Uma economia socialista é mista e é relevante fazermos um paralelo com o perfil econômico atual, onde não

cabe o ideal de totalitarismo mas cabe à sociedade aceitar que a realidade econômica deve partir do público e do privado, existindo investimento de ênfase no setor público a fim de não privar pessoas do seu direito de tomar decisões e aceitar responsabilidades mas para alterar a distribuição de poder para que o equilíbrio seja mantido sem privilégios para ambas as partes.

De acordo com Montenegro,¹⁰ é importante a discussão dos interesses dos trabalhadores tendo em vista como está o mercado, uma vez que se é exigido o aumento salarial, ou seja, uma valorização da relação capital *versus* trabalho. É importante um estudo do comportamento de mercado, pois os preços também aumentariam, quebrando o preceito igualitário. Assim há o reforço da necessidade de uma proteção socialista e igualitária ao proletariado.

Hoje no mundo há alguns exemplos de inserção socialista reformista em capitalismo específicos como na Austrália e Nova Zelândia, Outro exemplo bem sucedido tem sido o modelo socialista reformista construído na Suécia, que a partir da mudança da estrutura monárquico-parlamentarista do Estado, encontrando condições favoráveis de uma psicologia adequada para a uma educação política avançada, trazendo um perfil de pacifismo e gradualismo para a essa modalidade econômica se instaurar.¹⁰

O Brasil e as políticas públicas em saúde no pensamento econômico-social de Nelson Rodrigues dos Santos

Contexto Econômico vivido no Brasil na década de 80-90

Já no contexto sócio-histórico do Brasil, entre 1988-1990 (na criação do Sistema Único de Saúde – SUS), o pensamento socialdemocrata e o papel da sociedade dentro da política e no desenvolvimento econômico e social já vinham sendo desenhados na compreensão do que poderia ser um Estado de Bem-Estar Social brasileiro na constituição de um sistema de proteção social local. O equilíbrio econômico social defendido por Bernstein, ainda restrito ao seu tempo, e aquela socialdemocracia fundacional da lógica de proteção social estatal descrita na obra do brasileiro Santos⁹ são bem diferentes. Contudo, este exercício nos traz uma reflexão profunda de que as questões que fazem a integralidade dos sistemas de proteção social e, claro, dos sistemas de saúde deles constituintes, tendem a serem órgãos frágeis em estruturas econômico-

sociais em terras latino-americanas, justamente pelo Brasil estar enraizado em uma dívida histórica marcada por uma desigualdade de classes e de gerações.

Salientada essa importante mediação, Santos⁹ correlaciona informações e questões das áreas das ciências sociais, econômicas e políticas com a política pública e a política de saúde no contexto em que o texto foi escrito. Ele discute sobre as evidências da deterioração da relação Estado-sociedade como a privatização do Estado através da transferência do capital produtivo ao especulativo, marca incontestemente a complexificação da estrutura de acumulação de capital na órbita financeira¹⁴ e em países reféns da transferência de valor como forma de acumulação nos países imperialistas.¹⁵

O autor aponta a fuga do capital e a transferência dos ativos para o exterior por parte da “elite política” e dos grupos dominantes com taxas de câmbio subsidiadas por recursos que o governo empresta ao exterior. Inicialmente, através de exemplos, é discutida a estatização da dívida externa (por volta dos anos de 1990), utilizando medidas federais, que levou o Estado à volumosos déficits:

Uma série de medidas federais vem levando à cobertura pelo Estado, dos volumosos déficits oriundos dos juros, *spreads*, omissões e outras taxas da dívida externa, assim como do sub e superfaturamento (das exportações e importações), e da fuga de capitais. Isto é a “estatização da dívida externa.”⁹⁽⁵⁾

Santos⁹ faz uma crítica sobre os cortes realizados nos recursos de destino social para especulação financeira, dos quais o Estado, em uma perspectiva socialdemocrata deveria disponibilizar para financiar a proteção social. Além disso, refere-se ao fato da concentração de renda e as taxas de lucro empresarial brasileiros serem uma das mais altas do mundo. Ele exemplifica citando os vários subsídios cedidos pelo Estado ao crédito e matérias-primas tanto na produção industrial (indústria do aço, petroquímica e automobilística) quanto na agropecuária (produção de álcool e açúcar), com a consequente transferência do capital público ao privado (grupos corporativistas e cartoriais) e por outro lado o desestímulo das taxas de juros ao pequeno produtor, que em uma lógica socialdemocrata, deveria ter que ajudar o pequeno produtor, já que visa equalizar as relações entre capital e trabalho.⁹

São citados os subfaturamentos das exportações, a fuga de capitais e o estímulo a importadores, como, por exemplo, os importadores de açúcares. A

dívida pública interna já estava intimamente ligada aos bancos privados e às agências financeiras, sob altíssimos juros, que, para serem pagos, foi necessário o resgate dos títulos públicos, que deveriam ser utilizados para o financiamento agrícola, levando, portanto, à crise do abastecimento.⁹

Enquanto que os custos financeiros das empresas produtivas cresciam, o Banco Central Brasileiro limitou o rendimento e operações de crédito a níveis abaixo da inflação, e ainda liberou os bancos privados a utilizarem percentuais acima da inflação, estimulando a concentração em aplicações especulativas.⁹

Assim, diante de diversos outros exemplos que são citados, ele complementa citando como os incentivos e as isenções fiscais, a venda de produtos de estatais com preços abaixo do mercado desvalorizaram o produto nacional e caracterizaram-se como um subsídio indireto. Estabelecimentos de mercados estatais, que praticavam preços superfaturados e privatizações, descaracterizaram o caráter público e estatal necessário para que a tese socialdemocrata ocorresse de fato, descapitalizando o superávit primário essencial ao financiamento das políticas sociais, dos quais a saúde é uma delas.

Com o uso do capital investido do Tesouro Nacional para pagamento de dívidas, houve a queda na capacidade de investimento e com isso uma desmodernização das empresas estatais, conforme os motivos citados por Santos:⁹⁽⁶⁾

- i. não atualização das suas tarifas e preços (fixados artificialmente, como subsídios indiretos ao consumo)
- ii. altos juros promovidos pelo Banco Central
- iii. obrigados a captar recursos em moeda estrangeira para girar a dívida externa
- iv. adoção do modelo do FMI de apuração de déficits, que apresenta as estatais lucrativas como deficitárias, paralisando os seus investimentos.⁹⁽⁶⁾

A partir de 1981, com a alta dos juros, o sistema financeiro e os aplicadores especulativos passam a ser os maiores apropriadores da renda, tendo em segundo lugar as empresas produtivas. Estas últimas repassam os aumentos ao produto produzido por estas empresas que invariavelmente leva à queda do poder aquisitivo da população em geral, como o próprio autor descreve: “Isto é a inflação: apenas o mecanismo de transferência de renda dos assalariados e pequenos empresários e autônomos menos qualificados, para as minorias dominantes”.⁹⁽⁷⁾

No mesmo período, ainda havia resquícios da grave crise econômico-financeira internacional, iniciada em meados dos anos 1970, e que proporcionou a adoção do receituário neoliberal em todo mundo capitalista, o que agravou a causa externa da inflação. Com a crise, os países capitalistas centrais repassavam o ônus da crise aos países chamados de “terceiro mundo”, por meio de transferências de renda dos países periféricos aos centrais através de juros e amortizações da dívida.⁹

Dessa forma, para cobrir os déficits, o Estado usou a mesma estratégia de emissão de dinheiro, de forma que a inflação recaísse principalmente nos assalariados e pequenos empresários, diminuindo sua renda, que, neste contexto, passou a ser coberta pelo aumento das exportações e consequente pagamento da dívida externa.⁹

Intensificação da marginalização dos programas sociais

Nesse contexto, fica evidente o contraste do Brasil, o qual estava em oitava posição no PIB mundial como resultado do desenvolvimento das forças produtivas no país, com o tamanho da sua dívida social, levou a população a condições extremas de violência e doenças urbanas evitáveis. Enquanto que os salários mínimos era um dos menores dentre o mundo industrial, a concentração de renda aumentava entre aqueles mais abonados e caía entre os mais pobres (quase 10% e 5% em 30 anos) respectivamente. Vale destacar também que as condições de vida eram precárias, conforme citado no texto:

Quanto ao déficit habitacional, é de pelo menos 11 milhões de moradias, além dos 30 milhões de analfabetos, 30 milhões na pobreza absoluta e 70 milhões parasitados.⁹⁽⁷⁾

Em contrapartida, na elite política, o que se via era o aumento dos padrões de consumo comparáveis aos países superdesenvolvidos. À época, as atividades na área social eram baseadas no preceito de que o desenvolvimento social é consequência do desenvolvimento econômico (desenvolvimentismo vulgar). Com isso, o foco do Estado era basicamente voltado à acumulação do capital:

Ora, a acumulação do capital nas atividades econômicas sempre dominou os destinos do Tesouro, ficando as **sobras** aos programas sociais, algumas vezes intitulados “reforços de elevação da renda indireta”, quase sempre simbólicos. [grifo nosso].⁹⁽⁷⁾

Fica claro então, que o Estado focava apenas em administrar benefícios duvidosos ou favores, mas não os direitos do cidadão de forma ampla e sinérgica entre as políticas constituindo um verdadeiro sistema de proteção social condizendo à perspectiva de um *Welfare State* conforme descritos na constituição. Santos⁹ ainda cita também que o Tesouro não foi pensado e dedicado a cobrir custos da área social, sendo estas quantias, quando destinadas, apenas de forma simbólica.

Já para o setor da saúde e outros setores sociais, não restava mais que 3% do PIB, como consequência da distribuição da renda refletida. A oferta de serviços de saúde encontrava-se fragmentada e, conforme descrito por Santos,⁹ era segmentada em 7 subsistemas, conforme estrato social:

- i. População economicamente passiva: periferias urbanas, marginais sociais, trabalhadores rurais de relações de produção mais primitivas, famílias com renda até 1/2 salários mínimos, e outros.
- ii. Trabalhadores rurais de relações de produção mais recentes (assalariados, diaristas, volantes, etc.)
- iii. Trabalhadores urbanos de menor qualificação.
- iv. Trabalhadores urbanos de maior qualificação.
- v. Pequenos proprietários urbanos
- vi. Médios Proprietários Urbanos, Executivos, Altos Funcionários, Profissionais Liberais, Parlamentares. Tecncratas e outros.
- vii. Grandes Proprietários e aplicadores.⁹⁽⁶⁾

As coberturas e qualidade das ofertas se diferenciavam, segundo descrito, por estratos. Aos estratos i e ii, eram destinadas instituições públicas com orçamentos muito baixos, sendo que para o estrato ii, estes contavam com a utilização das Santas Casas (instituições religiosas filantrópicas de assistência à saúde) e sedes sindicais (cuja assistência à saúde era um benefício ao sindicalizado).⁹

Dos estratos iii ao vi, além dos utilizados pelos anteriores, contava-se com o sistema de saúde anterior ao SUS, o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) construído no contexto da ditadura militar-empresarial brasileira. A partir do estrato iv, se inicia a utilização de formas de pré-pagamentos e dos estratos iii ao vi, é possível observar o aumento do uso de serviços de custos médios e altos em serviços públicos, como troca de favores pessoais e políticos, desfalcando o uso desses serviços pelos estratos inferiores. Um ponto importante e fundamental descrito pelo autor é o não reconhecimento pela própria sociedade e Estado, dos direitos básicos da

população (saúde, alimentação, moradia, saneamento, etc.), o que nos faz refletir sobre os limites sociais da política socialdemocrata no seio da sociedade civil brasileira.⁹

A alocação da renda pelo Estado é centralizada no Poder Federal, não viabilizando que os municípios e estados possam tomar decisões eficazes e com base nas suas necessidades específicas. Além disso, o sistema de saúde é organizado e administrado com base nos interesses do setor privado hospitalar, fruto da tradição hospitalocêntrica do sistema de saúde anterior ao SUS (o INAMPS).⁹

Essa privatização ocorreu por volta dos anos 60, levando à atrofia da rede pública hospitalar e fazendo com que o poder público perdesse o controle dos recursos públicos às necessidades da população. Na década de 80, foram criadas tentativas de descentralizar a assistência à saúde saindo dos hospitais e dirigindo-se as estratégias substitutivas conhecidas como Atenção Integral a Saúde (AIS) e, com o vislumbre da criação do SUS, a estratégia-ponte chamada de Sistema Único e Descentralizado de Saúde) (SUDS)

com o objetivo de diminuir o caráter classista, privatizante e ineficaz do sistema sob pressão da redemocratização da sociedade. Diminuíram e acumularam competências políticas e gerenciais em busca da universalização, equidade e reorganização de procedimentos, mas os grandes instrumentos que conferem a sustentação do sistema (centralismo federal e privatização) foram apenas, abalados, e a essência classista e organizativa permanecem, apesar dos preceitos constitucionais consagrados em outubro/88, rezarem o contrário.⁹⁽⁹⁾

A presença da velha política pública antissocial era clara e visível e vários exemplos podem ser citados como a queda da arrecadação para a previdência e do orçamento para saúde, previdência e assistência social justificada pela recessão após 1982. Com isso, houve pronunciada queda de trabalhadores com carteira assinada e um aumento na economia informal, aumentando ainda mais a queda na contribuição social (arrecadação fiscal para o SUS). Junto a isso, o Tesouro recusou-se a compensar, mesmo que parcialmente essas quedas.⁹

Outro fator importante foi o déficit de 40% no previsto do recolhimento das contribuições sociais, muito devido à grande sonegação fiscal, além de desvios de recursos, que deveriam ser destinados ao Orçamento da Seguridade Social. Ocorreu também a descentralização dos recursos financeiros pelo governo Federal e sua recusa de aprovar um aumento de 1% da alíquota de faturamento

sob o FINSOCIAL, conforme proposto pela câmara federal. Em suma, isso é o que o autor caracteriza como a 'intensificação da marginalização dos programas sociais'.⁹

Santos⁹ convida o Brasil a assumir o seu próprio resgate e contribuir para um reordenamento internacional de paz e respeito entre as nações e povos, exaltando o Brasil como potência industrial de terceiro mundo com força política para tal e ressaltando o papel do Estado brasileiro na saúde, previdência, educação, saneamento básico, abastecimento de alimentos básicos, transportes urbanos, cultura e lazer.

Para o autor, na tentativa de resgatar a esperança socialdemocrata de suas aspirações políticas, é preciso resgatar o caráter público do Estado, incorporando os critérios exclusivamente sociais nos gastos públicos e regulando o setor privado, convidando o país a recuperar o valor real do salário mínimo e tornar a tributação mais social, aumentando a progressividade dos impostos diretos sobre o grande capital nacional e internacional e reduzindo gradativamente os impostos indiretos.

Além disso, ele enfatiza a necessidade promover cada vez mais espaços mais efetivos de participação democrática da população organizada, em todos os programas sociais e em todos os níveis de governo e novas possibilidades de financiamento de pequenas e médias empresas a juros baixos por bancos nacionais.

Santos⁹ se posiciona tocando pontos importantes da política econômica do governo à época referentes a negociação do estoque da dívida externa com redução dos juros reais a zero e extensão do prazo de pagamento da dívida externa para 30 anos de modo que existam novas possibilidades de investir no desenvolvimento^{c.16} Ele comenta sobre a redução dos subsídios diretos e isenções fiscais, utilizando-se dos mesmos apenas para correção das desigualdades sociais, regionais e para impulsionar o desenvolvimento tecnológico.

O autor se refere ao neoliberalismo econômico como uma farsa ideológica argumentando que as leis do mercado sabidamente resolvem em parte algumas

^cHavia, à época, um debate sobre a moratória ou calote da dívida. Para os sociais-democratas a dívida deveria ser paga (moratória). Sobre como tema da dívida externa é tratada pelos pesquisadores na área da saúde coletiva ver Mathias.¹⁶

questões referentes à produção, mas não resolvem a questão da distribuição de renda. Ele alega que essa é uma estratégia político-ideológica de direita em criar condições para explorar as últimas reservas de riquezas, recursos e capital; ou seja, de conseguir mais transferência de renda do FMI e do Tesouro e levar ao enfraquecimento e desmoralização do Estado retirando-o seu potencial de vir a ser um instrumento de descolonização.

Além disso, ele explica que o mundo socialista se move hoje na direção do 'socialismo democrático', pluripartidário e buscando uma nova relação entre o setor público e o setor privado. Finalmente, o autor conclui trazendo a discussão para as consequências no setor saúde das políticas públicas adotadas no processo histórico da época, alertando sobre o investimento excessivo do financiamento em áreas de serviços de alto custo altamente especializados (transplantes, estudo hemodinâmico, cateterismo cardíaco, entre outros), mostrando que a percentagem total não deveria passar de 2-3% do financiamento total e que já vinha consumindo mais que 30% enquanto os níveis de atenção primária e secundária à saúde, responsáveis por mais de 95% dos atendimentos, vinham sofrendo uma retração no seu financiamento e uma queda da qualidade.⁹

O Estado de Bem-Estar Social, as políticas públicas e as de saúde

Para Santos,⁹ o socialismo sofreu uma mutação ideológica. A princípio, o socialismo em Marx, pregava uma revolução dos trabalhadores. O Estado deveria dominar plenamente os meios de produção, sobretudo as indústrias e as torná-las nacionais. A teoria socialdemocrata de Bernstein entendia que o socialismo não deveria vir por meio de uma revolução armada de trabalhadores, mas sim por meio de uma reforma gradual na sociedade e de modo democrático.

A socialização dos meios de produção e a interferência do Estado nas relações sociais constituíam um meio para que as desigualdades sociais fossem diluídas, ou ainda "harmonizadas". Esta abordagem foi necessária para a implementação de novos mecanismos de reestruturação social, após o período da primeira guerra mundial, devido à destruição que a guerra causou.

Nesse interregno, surgiram os partidos dos trabalhadores e partidos sociais democratas que conseguiram promover a proteção do trabalhador nas

relações com as empresas por meio das leis trabalhistas na Europa. Também se promoveu a socialização da saúde e a criação da previdência social para que pudessem garantir bem-estar social aos cidadãos.

A teoria de Bernstein na Alemanha não sobreviveu de imediato, sobrevivendo então o nazismo e conseqüentemente a segunda guerra mundial. Ao entender que a ultraestatização esbarraria no totalitarismo, os reformistas uniram elementos do capitalismo com o socialismo, surgindo assim a noção de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Nesse sentido, a socialdemocracia aceita o capitalismo, mas mitiga seus efeitos devastadores tentando neutralizar suas más conseqüências em favor da sociedade.

Observou-se que era inviável a implementação de uma igualdade quantitativa na sociedade, pois, por vários aspectos, como, por exemplo, o físico, não era possível que todos fossem iguais. Todavia, a igualdade genérica passa a ser qualitativa e o meio pelo qual se obteria essa igualdade, seria por meio da regulação estatal nas relações sociais.

O Brasil, em contrapartida, atravessou um período de grande mudança na formação do Estado e de sua sociedade. O período monárquico foi marcado pelo paternalismo e autoritarismo, gerando, conseqüentemente privilégios para grupos oligárquicos, impedindo o crescimento de outras regiões do país, bem como proporcionando a centralização do poder. O Estado servia apenas aos interesses de grupos dominantes, impossibilitando que houvesse amplo atendimento às demais demandas que a sociedade exigia. A subserviência do Brasil aos países imperialistas, também serviu de travamento para o progresso nacional.

O Estado de Bem-Estar social surgiu 1880 na Alemanha, onde foi introduzido, em 1883, os programas compulsórios de assistência social em escala nacional. No Brasil, na era Vargas (1930), foi possível notar uma primeira significativa mudança na organização política do Estado. Nesse período, começou a implementação de políticas públicas de caráter social que foram o ponta pé inicial para o que seria um Estado com papel “regulador” e intermediário das relações sociais, contudo, nada parecido com um sistema de proteção muito menos com um acesso universal e integral ao sistema de saúde em dias atuais. Todavia, com o advento do regime militar brasileiro (1964-1986), o Estado teve

seu papel minorado com relação as políticas públicas, aprofundando, novamente o país aos interesses oligárquicos. Não se pode deixar de lado que esses efeitos são sofridos hodiernamente.

A introdução do socialismo reformista no Estado brasileiro, que pode realmente ser demarcado com a constituição de 1988, consistiria na atuação ativa deste nas relações sociais, econômicas e políticas, a fim de promover justiça social e mitigar os efeitos devastadores do capitalismo dentre eles, destaca-se, as desigualdades em todos os seus níveis. O Estado passaria a ser o intermediário para que as desigualdades não sejam abismais, isto é, que os pobres sejam excessivamente pobres e os ricos excessivamente ricos. O objetivo do Estado seria garantir que todas as pessoas possam ter oportunidades entre elas acesso a saúde, educação, habitação e etc.

Na Constituição Federal de 1988, consagra-se como ideário, a universalização das políticas públicas de saúde no Brasil, em 1990 houve uma grande crise econômica que deixou resquícios na implementação do Estado de Bem-Estar Social até hoje. Países, em que a cultura coletiva é mais forte e o capitalismo se desenvolveram de forma imperialista, conseguiram eficazmente implantar o socialismo reformista como a Suécia e os países nórdicos.

Ainda cabe destacar que, indiretamente, os Estados Unidos, um país essencialmente capitalista, acaba promovendo a diminuição das desigualdades quando eleva as condições de emprego de seus trabalhadores, proporcionando que cresçam economicamente. Um fator a se ponderar é que o avanço econômico possibilita, conseqüentemente, o avanço social retomando-se a tese do desenvolvimentismo.

No texto, foi abordada a realidade sócio-política do Brasil do período colonial, em comparação ao período atual, e é notório que herdamos as conseqüências negativas daquele momento histórico. Nascemos já viesados a partir do modelo de superestrutura estatal que se baseava na fonte exploradora e, assim, trouxemos para nosso desenvolvimento social uma clara dependência do Estado em fatores externos e grupos dominantes internos, desenvolvendo as características do Estado atual.

Segundo Santos,⁹ o Estado brasileiro atual, acabou por herdar, do período colonial cujo processo de desenvolvimento era basicamente o exploratório, as seguintes características:

a) centralização do processo de decisão em grandes grupos de decisão, sendo assim as menores esferas, como os municípios, só sofrem repasses na maior parte das vezes. Essas desigualdades macrorregionais, na teoria, seriam resolvidas pelos impostos criados, como, por exemplo, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e, por criação de políticas públicas, que absolvem em partes a responsabilidade do Estado frente a equidade prometida na Constituição. Assim, se torna inevitável, que os Estados, por não darem conta da gestão, sigam com sua capacidade indutora em buscar na privatização, uma solução para os problemas;

b) Desde os primórdios da economia do Brasil, o Estado já era um grande proponente de políticas públicas, com a intenção de trazer ao trabalhador uma falsa ideia de investimento, enquanto, na verdade, faz-se um investimento pensado no retorno, como, por exemplo, a proposta de reforma agrária, que vai longe do conceito de direito à terra, e sim uma oportunidade de divisão de terra com maiores produtores, que possam gerar mais atividade agropecuária;

c) O Estado, mesmo abrindo suas portas da industrialização e importações, fez questão de sempre deixar claro que os grupos dominantes e detentores da opinião pública, ditam o fluxo das atividades econômicas do país e fez isso implementando estratégias nas empresas nacionais e multinacionais, que eram repassadas por esses grupos dominadores do Estado, não levando em consideração as pressões sociais, principalmente dos trabalhadores urbanos;

d) A depreciação do Tesouro Nacional, cujo grande responsável por isso é a inserção da PEA (população economicamente ativa) em mais de 50%, no trabalho informal, uma vez que atuantes nesse setor, essa parcela vive em um sistema econômico regressivo e excludente, além de fugirem de suas “contribuições legais”. As grandes empresas, que sonham impostos, superfaturam contratos e depreciam o tesouro nacional, contribuem, juntamente, para essa defasagem;

e) O Estado, como gestor fiscal, mais uma vez, não consegue elevar a carga tributária, uma vez que não há bases políticas e sociais de sustentação, visto que há uma realocação para cobrir desperdícios em políticas públicas;

f) O autor entende que o Estado brasileiro está vendido à privatização como uma saída, a fim de deixar de ser um investidor em prejuízo de ser um socializador dos lucros.

Uma convivência saudável em sociedade e a atuação do Estado frente a isso, algumas ações podem contribuir para uma boa promoção da atividade intermediária do governo, sendo elas, a diminuição de empresas estatais a fim de focar na real necessidade das empresas que possam contribuir para o desenvolvimento e segurança nacional e a necessidade de “desprivatização” de procedimentos públicos, com o objetivo de resgatar esse caráter público de algumas ações e ter uma oferta direta.

No aspecto econômico, Santos⁹ entende que o Estado poderia implantar algumas reformas, para corrigir as disparidades sociais, quais sejam:

a) aumento do imposto direto, por exemplo, imposto de renda, e diminuição do imposto indireto, como o ICMS, assim haverá uma maior arrecadação proporcional à renda obtida pelo indivíduo e uma cobrança justa dos impostos para consumos comuns;

b) financiamento a juros baixos, por bancos nacionais, da produção de pequenas empresas sem capital de giro, permitir que empresas que não se desenvolveram entrem em falência, para, assim, vencer o preconceito da falência de incompetentes.

Por fim, no que diz respeito à saúde, Santos⁹ apresenta a importância do resgate do caráter público das instituições públicas de saúde, buscando a desprivatização de seus procedimentos e decisões, bem como aponta que deve haver um amplo entendimento nacional, com as representações do setor privado, sobretudo, custo e preços.

Assim, o Estado não deve mais ser mercado cativo de serviços hospitalares e laboratoriais de bens privados, não sendo levado pela ideia de tratar a saúde como um produto, e sim como um direito a luz a da perspectiva socialdemocrata e o reconhecimento de suas especificidades neste território.

Considerações finais

Os autores se posicionam defendendo a figura do Estado como ator principal na promoção das políticas públicas que favoreçam a redução das desigualdades sociais, e a necessidade da intervenção do mesmo na promoção de políticas para este fim e a constante regulação os efeitos deletérios sociais consequentes do capitalismo.

Por meio da interpretação de Montenegro¹⁰, Eduard Bernstein traz em seu pensamento socialdemocrata a ideia do socialismo reformista com pilar na ética social de Marx e Engels, porém definindo que o caminho para essa sociedade cada vez menos desigual será construído através dos meios democráticos (burgueses) e a maior participação social nas esferas do governo da classe trabalhadora, sendo a educação um pilar principal para viabilizar efetivamente esta representação.

Santos⁹ contextualiza aspectos das desigualdades sociais brasileiras e as barreiras enfrentadas no contexto histórico brasileiro e das repetições ao longo da história de um modelo colonialista, de protecionismo constante do Estado às minorias com alta concentração de renda aliada aos interesses do capital internacional.

Esta necessidade é defendida trazendo uma reflexão de que a falta do desenvolvimento social põe em risco o desenvolvimento econômico, entretanto, as formas que são apresentadas alternativas para encontrar um equilíbrio não conseguem encontrar um momento na história para se enraizarem e consolidar uma política efetiva.

Santos⁹ traz exemplos de três décadas atrás no qual o Estado já focava em apenas administrar benefícios duvidosos ou favores, mas não o direito do cidadão, o que já faz repensar a perspectiva socialdemocrata e sua adaptabilidade no cenário sócio-histórico brasileiro. A Constituição foi uma oportunidade de favorecer a democracia e mudar esta situação, porém, o problema, em grande medida, se agravou.

Uma comparação simples foi o curto espaço de tempo que o Partido Social Democrata ficou no poder após a Segunda Guerra Mundial e o curto período onde o direito de saúde foi juspositivado e executado por meio da Constituição. Em ambas situações históricas, houve uma oportunidade de

equilíbrio, mas por falta de um histórico que favorecesse a sustentabilidade das políticas públicas, o papel do social foi deixado de lado por outras necessidades urgentes daqueles cenários.

Esta situação demonstra como as discussões do pensamento econômico em saúde de autores clássicos consagrados na literatura da economia da saúde brasileira nos oferece uma reflexão mais profunda das interpenetrações de ideias sobre a economia, a política e a sociedade poucas vezes discutidas em cursos de economia da saúde.

Nesta articulação entre a compilação de Montenegro¹⁰ sobre Bernstein e o pensamento econômico-social de Santos, demonstra como as ideias econômicas são apropriadas e usadas para ler o cenário econômico-social e propor soluções aos problemas locais. No caso de Santos,⁹ a tese socialdemocrata lhe inspirou a fazer análises sobre como resolver o problema da saúde enquanto direito social dentro de um procedimento de criação de um sistema de proteção social em um país clivado por profundas desigualdades.

Assim, mais que uma proposta, o tempo provou que o caráter político e econômico do Estado interfere em sua responsabilidade com a população. Dessa forma, as políticas públicas não se tornam necessariamente um meio criado para a redução das desigualdades sociais contrariando sua intenção social, quando são frutos de preocupações puramente mercadológicas e baseadas em interesses políticos.

Referências

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
2. Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 2006; 16:20-45. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
3. Bahia L, Scheffer M. O SUS e o setor privado assistencial: interpretações e fatos. *Saúde em debate*. 2018; 42(spe3): 158-171. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S312>
4. Mendes Á, Carnut L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. *SER Social*. 2020; 22(46):9-32. doi: https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25260
5. Cegatti F, Carnut L, Mendes Á. Terceirizações na área da saúde no Brasil: reflexos no SUS, nas políticas sociais e nos trabalhadores. *JMPHC. Journal of Management and Primary Health Care*; 2020; 12:1-41. doi: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.978>

6. Lima JB. A contrarreforma do Sistema Único de Saúde: o caso das organizações sociais. *Argumentum*. 2018; 10(1):88-101. doi: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i1.18734>
7. Engels F, Kautsky K. O socialismo jurídico. São Paulo: Boitempo, 2012.
8. Behring ER, Boschetti I. Política social: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
9. Santos NR. Dilema Estatista II – Como é forjado o espaço das políticas públicas com exemplos da área da saúde?. *Saúde em Debate*. 1990; 28:5-15.
10. Montenegro W. Socialismo reformista. In: _____. *Introducción a las doctrinas político-económicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2019. p. 220-242.
11. Bernstein, E. Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. *Problemas del socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
12. Maia L. O comunismo de conselhos e a crítica ao bolchevismo. *Revista Enfrentamento*. 2008; 5:19-27.
13. Engels F. The program of the blanquist fugitives from the paris commune. *Der Volksstaat*, v. 73, n. 26, 1874. 28 Mai 2020 [1874]. [citado 26 dez. 2022] Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1874/06/26.htm>
14. Chesnais F. *Finance capital today*. London: Historical Materialism Series, 2016.
15. Luce MS. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão história*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
16. Mathias TSC. *Sistema da dívida pública e política de saúde: tratamento incorporado ao debate da saúde coletiva brasileira [tese]*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2022.